



A educação popular em saúde na Atenção Primária: uma revisão de literatura

Marcus Vinicius Sacramento França¹, Marcos Vinicius Castro Souza²

CIAP-1/Código Q QR31 QS31 QD23

RESUMO

A educação em saúde compreende práticas sócio-pedagógicas entre profissionais e comunidade, a fim de provocar mudança de realidade e compartilhar conhecimentos, no entanto, algumas vezes, acontece de forma verticalizada e “bancária”. A Educação Popular em Saúde (EPS), inspirada na epistemologia freireana, traz uma nova dinâmica para esse processo como fenômeno social, importando-se com os saberes populares, a ancestralidade e a participação ativa do paciente, famílias e comunidade nas discussões sobre diversos assuntos, relacionados ou não à saúde (BRASIL, 2013). Esse trabalho objetiva descrever os princípios da EPS e sua aplicabilidade na Atenção Básica. Realizou-se uma revisão de literatura integrativa sobre o assunto em base de dados *ScieLo* e sites ministeriais. No Brasil, essa prática começa a se estruturar ao longo da reforma sanitária, com a aproximação dos profissionais da comunidade, sendo normatizada pela Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS) em 2013, propondo práticas pedagógicas no campo de saúde que perpassam ações puramente preventivas, de cura e reabilitação. Os princípios orientadores dessa política baseiam-se em concepções freireanas, a saber: diálogo, amorosidade, problematização, construção compartilhada do conhecimento, emancipação e compromisso com a construção do projeto democrático e popular. A amorosidade é a capacidade humana que permite diálogo na educação e no cuidar, no mundo das relações humanas. A dialogicidade é o compartilhamento e o encontro das subjetividades dos indivíduos. A problematização corresponde ao momento de análise crítica da realidade, permitindo a emancipação de sujeitos e a construção de propostas para mudanças de contextos a partir do processo de ação-reflexão-ação (FREIRE, 1987). Em conclusão, a Educação Popular em Saúde (EPS) permite uma aproximação entre os profissionais de saúde da família e a comunidade, a fim de se estabelecer projetos pactuados de mudanças de realidade, promoção de saúde e prevenção de agravos. Bem como possibilita a emancipação de sujeitos e o real exercício da cidadania.

¹ Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública da Bahia (EBMSP); marcus90franca@gmail.com.

² Universidade Federal da Bahia (UFBA); vinicastro2@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde. Atenção Primária à Saúde. Educação para Saúde Comunitária. Autonomia.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS).
2. Cardoso ADS, Nascimento MCD. Comunicação no programa de saúde da família: o agente de saúde como elo integrador entre a equipe e a comunidade. *Ciências & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1509-1520, 2010.
3. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
4. Freire P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
5. Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.